



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002264-25.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTES.

ASSUNTO: **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – Ata de Registro de Preços nº 15/2023 – Aquisição de veículos tipo camionete. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 290 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Transportes - SET deste Tribunal, com a finalidade de adquirir cinco (5) veículos tipo camionete, pela adesão à **Ata de Registro de Preços ARP nº 15/2023** ([1090214](#)) gerenciada pela Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, após o certame do Pregão Eletrônico STP nº 03/2023 ([1090208](#)), que teve o item 38 vencido pela **NISSEY MOTORS LTDA**, CNPJ - nº 04.996.600/0001-02. Assim, veio ao processo o Documento de Formalização da Demanda (DFD) com os contornos iniciais da contratação ([1088674](#)).

**02.** Consoante o Despacho 2861/2023 ([1089140](#)), o Secretário da SAOFC registrou que, de acordo com o art. 39 da Instrução Normativa nº 04/2023, a unidade solicitante deveria:

I - Instruir o processo com ETP com a opção pelo processamento da contratação por meio de adesão, registrando, ainda, a inexistência de adjudicatário ou contratado no TRE-RO para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência ou a ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo que se pretende contratar;

II - Justificar a vantagem da adesão e demonstrar que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III - Juntar ao processo:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) a prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

b) os atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência; cópia do edital - e anexos, se houver - que estabelecem as obrigações da futura contratada.

**03.** Para cumprimento e instrução do feito juntou-se ao processo:

I - Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 e seus Anexos, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ([1090208](#)), publicação no Diário Oficial da União - DOU ([1090209](#)) e Portal Nacional de Contratações Públicas ([1090210](#));

II - proposta da **NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ** - nº 04.996.600/0001-02, vencedora do item 38 do certame, relatório de julgamento ([1090212](#)) e publicação do resultado da licitação no DOU ([1090213](#));

III - **Ata de Registro de Preços nº 15/2023** do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, firmada com a **NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ** nº 04.996.600/0001-02 para o fornecimento de 12 unidades do item 38 do certame ([1090214](#)), com possibilidade de adesões de outros órgãos (item 4.1), limitado a 50% por órgão (item 4.6) com prazo de validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ocorrida no dia 17/11/2023 ([1094141](#)), com possibilidade de prorrogação;

IV - **Manifestação de interesse do compromissário no fornecimento de 5 unidades do item 38**, pelo valor unitário de R\$ 226.490,00 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais) e total de R\$ 1.132.450,00 (Um milhão cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais), para serem entregues na sede do TRE-RO pela Concessionária NISSEY MOTORS LTDA de Porto Velho;

V - documentos com a comprovação de regularidade do compromissário para contratar com a Administração Pública ([1092873](#)), nos termos do edital do certame;

VI - **autorização do órgão gerenciador na adesão da ARP**, de acordo com documento extraído do **Sistema Contratos.Gov** ([1092872](#));

VII - Estudo Técnico Preliminar ([1091514](#)), no qual a SET registra a vantagem da adesão;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - Mapa de gestão de riscos da contratação ([1091515](#));

IX - Informação Conclusiva sobre o valor estimado ([1091520](#)), com pesquisa de preços do objeto pretendido, na qual foi consultada também a ARP 03/2023 do Instituto Federal do Espírito Santo ([1090288](#)) e a ARP 15/2023 do Ministério da Defesa 7º BEC ([1038344](#)), por meio procura-se demonstrar a vantajosidade da adesão pretendida;

X - Termo de Referência n. 03/2023 - SET ([1091522](#)), com os contornos gerais da contratação, com vasta remissão aos elementos do ETP produzido e às condições regradas no Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 e seus anexos ([1090208](#)).

**04.** Por meio do Despacho 2959/2023 ([1093714](#)), a Secretária substituta da SAOFC remeteu o feito à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação juntados aos autos pela unidade demandante, à COFC para realizar a programação orçamentária da pretensa despesa e, por fim, à AJSAOFC para realização de controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação pretendida.

**05.** A Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1094076](#)):

*3- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, instruída pelo **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**, evento ([1088674](#)), pelo **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**, evento ([1091514](#)), pela **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - (ICVEC)**, evento ([1091520](#)), pelo **MAPA DE GESTÃO DE RISCOS (MGR)**, evento ([1091515](#)), e pelo **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – COMPRAS Nº 3/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET**, evento ([1091522](#)), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, necessários ao processamento da contratação através de adesão a ata de registro de preços de outro órgão federal, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 41, inciso V, da IN n. 004/2023-TRE-RO.*

**06.** Por fim, veio ao processo ([1093951](#)) a programação orçamentária no valor de R\$1.132.450,00 (um milhão, cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais) para o suporte da despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I, do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa “(...) *que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro*”.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Assim instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

### **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (SEI 0002264-25.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**09.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**. (sem destaques no original)*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

*III - (VETADO).*

*§ 2º (VETADO).*

*§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).*

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.*

*§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.*

**10.** Assim, tratando-se de controle de legalidade, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 DA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS DA FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO - PROCEDIMENTO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**11.** De acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, a **fase preparatória do processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**, também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo, veja-se:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação **fundamentada em estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, **por meio de termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#). (sem destaques no original)*

**12.** Como forma de regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações mediante as modalidades licitatórias disciplinadas pelo regime jurídico da Lei n. 14.133/2021, inclusive por meio do sistema de registro de preços, atualmente tratadas pelo **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**. Quanto à fase interna do planejamento, em harmonia com a nova lei de licitações e contratos, **doravante, NLLC**, o referido normativo dispõe:

### ***CAPÍTULO II***

#### ***PLANEJAMENTO***

*Art. 4º A fase preparatória do processo licitatório, caracterizada pelo planejamento, deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei n. 14.133/2021, sempre que elaborado, com as leis orçamentárias e será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:*

*I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;*

*II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;*

*III - Estudo Técnico Preliminar;*

*IV - Mapa de Riscos;*

*V - estimativa da despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC);*

*VI - Termo de Referência ou Projeto Básico;*

*VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato.*

*§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.*

*§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, III, IV, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações disciplinadas por esta instrução normativa.*

*§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II e VII do caput é facultativa, podendo o titular da unidade demandante se manifestar pela*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*desnecessidade de sua adoção, registrada obrigatoriamente no Documento de Formalização da Demanda (DFD), por meio de justificativa que considerem os aspectos, tais como, a pequena complexidade da contratação, a singeleza das obrigações, a entrega imediata do bem, baixos riscos a serem geridos nas fases de planejamento, seleção do fornecedor e da gestão e fiscalização do contrato, o que pode ser verificado também a partir da experiência da Administração em contratações anteriores.*

*3º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.*

*§ 4º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta. (sem destaques no original)*

**13.** Como vistos no item 12 anterior, o rol de documentos exigidos - e dispensáveis - da fase de planejamento das contratações mediante licitações, inclusive por meio de registro de preços, estão disciplinados no art. 4º da Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023. Contudo, no caso em análise, pretende-se adquirir cinco (5) veículos tipo camionete pela **ADESÃO à Ata de Registro de Preços – ARP nº 15/2023 (1090214)** gerenciada pela Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, após o certame do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 (1090208), que teve o item 38 vencido pela **NISSEY MOTORS LTDA - CNPJ nº 04.996.600/0001-02**.

**14.** Dessa forma, este Tribunal atuará na condição de **órgão não participante** do registro originário, mediante adesão à ARP indicada, situação conhecida na prática administrativa como a figura do “**carona**” em um registro de preços já em movimento/andamento, situação jurídica definida pela NLLC, veja-se:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;*

*XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;*

*XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;*

*XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

***XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;***

(...)

### **Seção V**

#### **Do Sistema de Registro de Preços**

(...)

*Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.*

*§ 1º O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.*

*§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no **caput** deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (sem destaques no original)*

(...)

**15.** Por sua vez, no âmbito federal, as regras do procedimento do registro de preços foram disciplinadas pelo **Decreto Federal 11.462/2023**, o qual estabelece, no que relevante para esta análise:

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

##### **Regra geral**

*Art. 31. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

*I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;*

*II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e*

*III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

*§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

*§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

*§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.*

### ***Limites para as adesões***

*Art. 32. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31:*

*I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e*

*II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços. (sem destaques no original)*

*(...)*

**16.** Nessa esteira de regulamentações a **IN TRE-RO 4/2023** também disciplinou a utilização da ata de registro de preços quando o TRE-RO não tenha atuado na condição de participante do SRP, estabelecendo os elementos necessários à instrução do processo de contratação, veja-se:

*Art. 39. Se não participou do procedimento previsto no caput do artigo anterior, o TRE-RO poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, nessa hipótese instruirá os processo com os seguintes elementos específicos:*

*I - informar, obrigatoriamente no ETP, a opção pelo processamento da contratação por meio de adesão, registrando, ainda, a inexistência de adjudicatário ou contratado no TRE-RO para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência ou a ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo que se pretende contratar;*

*II - justificar a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

*III - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n. 14.133/2021;*

*IV - juntar ao processo:*

*a) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;*

*b) os atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência; cópia do edital - e anexos, se houver - que estabelece as obrigações da futura contratada.*

*§ 1º É vedado a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.*

*§ 2º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*§ 3º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (sem destaques no original)*

**17.** Assim, em função dos referidos normativos, tratando-se de **controle de legalidade**, caberá a esta unidade jurídica realizar a verificação do preenchimento dos requisitos exigidos, notadamente do art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 para a instrução do processo de contratação por meio de adesão a uma ata de registro de preços em cujo certame o TRE-RO não atuou na condição de participante do SRP, o que se fará adiante.

### **3.1.1 Da análise dos elementos do Estudo Técnico Preliminar:**

**18.** Como visto, o inciso I do art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 prevê a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações em que o TRE-RO não tenha na condição de participante do SRP, devendo ser demonstrada a opção pelo processamento da contratação por meio de adesão, registrando a inexistência de adjudicatário ou contratado no TRE-RO para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência ou a ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo que se pretende contratar.

**19.** A elaboração de Estudo Técnico Preliminar está disciplinado pelo **art. 8º da IN TRE-RO nº 4/2023**, que o padroniza na forma de seu anexo III, documento utilizado pela SET para - na redação da referida norma - caracterizar (...) *o interesse público envolvido e a sua melhor solução* (...) dando assim fundamento para o termo de referência a ser elaborado. O documento foi juntado no evento [1091514](#). Nesta análise será checado o preenchimento das informações mínimas exigidas nos diversos capítulos do documento - acrescidos daquele exigidos pelo inciso I do art. 39 da referida norma - e destacados pontos considerados relevantes à contratação:

**I** - A descrição do objeto a ser contratado para o atendimento da demanda - Capítulo 2;

A unidade demandante registrou que o objeto é de **qualidade comum**, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 4/2023. Na verdade, as definições dos bens de qualidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comum e de luxo estão descritas atualmente na Resolução TRE-RO nº 42/2023 ([1084413](#)). Pode-se destacar que a aquisição veículos, como os pretendidos pela SET, desde que justificadas, são tidas como regulares pelo TCU, vide, por exemplo, o Acórdão TCU 828/2018 - Plenário.

### **II - a descrição da necessidade da Contratação - Capítulo 3;**

De acordo com a SET, a demanda deriva da necessidade de modernização da frota de veículos do TRE-RO. Segundo afirma, atualmente o órgão conta com a frota com mais de 10(dez) anos em média, o que ocasiona um aumento considerável de dispêndio financeiro para a sua manutenção e conservação e para cumprimento da **Decisão 25/2023 - PRESS/ASESP** ([1008977](#)) que determina a renovação da frota de veículos deste TRE-RO e também a aquisição de veículo elétrico.

### **III - o alinhamento com o planejamento estratégico do Tribunal - Capítulo 4;**

Em conformidade.

### **IV - a previsão no plano de contratações anual: Capítulo 5;**

A unidade demandante justifica a ausência de previsão no PAC pela (possível) inexistência de recursos orçamentários à época de sua elaboração.

### **V - informações sobre contratações: Capítulo 6;**

Em conformidade.

### **VI - os requisitos da Contratação - Capítulo 7;**

Destacam-se os seguintes registros da EPC:

**a) como requisito do negócio:** A contratação visa atender a necessidade de transporte de servidores, inclusive terceirizadas(os), juízas e juízes, nos limites de Porto Velho e em viagens ao interior do Estado, com opção do veículo tipo camionete cabine dupla e tração 4x4, diesel;

#### **b) como requisito legais:**

i. observância da Resolução CONTRAN que trata dos requisitos obrigatório de segurança;

**c) como requisito de garantia e manutenção:** Os veículos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses. As manutenções preventivas são programadas conforme manual do usuário;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**d) como requisitos temporais:** Os bens deverão ser entregues em até 90 dias a contar do recebimento da nota de empenho. A data de fabricação deve ser ano/modelo 2023/2024;

**e) como requisitos ambientais, econômicos, sociais:** possuir quatro portas para facilitar o acesso de pessoa portadora de necessidades especiais ou mobilidade reduzida;

**f) Metodologia de trabalho e implantação da solução:** deverão ser entregues na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**VII - levantamento de mercado, consultas e estudos realizados, com a descrição das possíveis soluções para o atendimento da demanda - Capítulo 8;**

**i. Taxi Gov, aplicativos e locação:** A unidade entendeu que não são soluções viáveis, uma vez que o orçamento disponível é de investimento cujo destinação se aplica somente a aquisição de bens permanentes;

**ii. Aquisição de veículo por Adesão à Ata de Registro de Preços vigente:** A SET verificou a existência de várias atas de registro de preços. Constatou que na ARP nº 03/2023, empresa **Nissey Motors Ltda**, a compromissária dispõe dos veículos em estoque para pronta entrega. Concluiu que a adesão a essa ata é mais vantajosa em virtude do preço, disponibilidade imediata dos veículos e a fornecedora ser autorizada da marca e estar situada em Porto Velho.

**iii. informação de que não há RP vigente,** compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto pretendido;

**iv. justificativa da vantagem da adesão:** A SET registra que a adesão à ata mencionada é mais vantajosa em virtude do preço, disponibilidade imediata dos veículos e a fornecedora ser autorizada da marca e estar situada em Porto Velho;

**v. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado:** Segundo a unidade, as informações que constam do ICVEC juntado no evento [1091520](#), demonstra a compatibilidade dos preços, no valor total de **R\$ 1.132.450,00** (um milhão cento e trinta e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais). Há indicação da fonte orçamentária.

**VIII - a descrição completa da solução escolhida - Capítulo 9;**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em conformidade.

**IX** - a justificativa das quantidades - Capítulo 10;

Em conformidade.

**X** - a justificativa para o não parcelamento da contratação -  
Capítulo 11;

Em conformidade.

**XI** - a estimativa do valor da contratação - Capítulo 12;

Foi apontado o custo da solução escolhida: valor unitário de R\$ 226.490,00 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais) e total de R\$ 1.132.450,00 (Um milhão cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme ICVEC ([1091520](#)).

**XII** - o demonstrativo dos resultados pretendidos - Capítulo 13;

Em conformidade.

**XIII** - caracterização de serviços ou fornecimentos contínuos - Capítulo XIV:

Não aplicável.

**XIV** - as providências preliminares à celebração do contrato - Capítulo 15:

Não aplicável.

**XV** - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras - Capítulo 16;

Em conformidade.

**20.** Nessa linha, verifica-se que a Seção de Transportes deste Tribunal cuidou de inserir no ETP os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do ETP nº 4/2023-SET ([1091514](#)) ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

**3.1.2 Da análise dos demais elementos exigidos pelo art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 para as adesões em ARP:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**21.** Como já referido no item 16 deste parecer, além da elaboração do ETP, o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 lista os documentos necessários à instrução dos procedimentos de adesões a atas de registro de preços, a saber:

**I - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor:** a manifestação de interesse do compromissário no fornecimento de 5 unidades do item 38, pelo valor unitário de R\$ 226.490,00 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais) e total de R\$ 1.132.450,00 (Um milhão cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais), para serem entregues na sede do TRE-RO pela Concessionária NISSEY MOTORS LTDA de Porto Velho foi juntada no evento [1090207](#). A **autorização do órgão gerenciador na adesão da ARP**, consta do documento extraído do Sistema Contratos.Gov ([1092872](#));

**II - os atos que regem a contratação no órgão gerenciador:**

a) **Ata de Registro de Preços nº 15/2023** do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, firmada com a **NISSEY MOTORS LTDA**, CNPJ nº 04.996.600/0001-02 para o fornecimento de 12 unidades do item 38 do certame ([1090214](#)), com possibilidade de adesões de outros órgãos (item 4.1), limitado a 50% por órgão (item 4.6) com prazo de validade de de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ocorrida no dia 17/11/2023 ([1094141](#)), com possibilidade de prorrogação;

b) cópia do edital e anexos, se houver, que estabelece as obrigações da futura contratada: Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 e seus Anexos, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ([1090208](#)), publicação no Diário Oficial da União - DOU ([1090209](#)) e Portal Nacional de Contratações Públicas ([1090210](#));

**22.** Observa-se, ainda o cumprimento do requisito do limite da quantidade de 50% para a adesão em relação aos quantitativos dos itens registrados na ARP, determinado pelo inciso I do art. 32 do Decreto 11.462/23 e § 2º do art. 39 da IN TRE-RO 04/23. Desta forma, verifica-se que os documentos trazidos ao processo estão de acordo com o rol previsto no inciso IV do art. 39 da IN TRE-RO 04/2023.

**3.1.3 Da análise dos elementos da ICVEC - Estimativa do valor da contratação:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**23.** Anteriormente prevista somente em normas infra legais e exigidas com rigor pelos órgãos de controle, o balizamento para a definição do valor previamente estimado da contratação, compatível com aqueles praticados pelo mercado, ganhou regramento expresso no regime da NLLC. Veja-se:

**Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.**

**§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:**

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*

**§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:**

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;*

*II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;*

*III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*

**§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação,**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.*

*§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*

*§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.*

*§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo. (sem destaques no original)*

**24.** Neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelos **arts. 10 a 17 da IN TRE-RO nº 4/2023**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO - ICVEC**, elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**.

**25.** No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento [1091520](#) e busca demonstrar a vantajosidade da adesão à ARP indicada pela SET. Segundo a SET, essa condição restou cumprida pela comparação com preços de duas outras atas. Veja-se:

### ***Critérios:***

***A pesquisa de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 4º da IN SG/ME 65/21, tais como: prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?***

( x ) Sim

(...)

### ***Parâmetros adotados na estimativa de preços***

(...)

( X ) **II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços,**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

**26.** assim, sem adentrar no mérito das informações juntadas ao processo e registradas na ICVEC, verifica-se que a unidade demandante laborou dentro dos limites traçados pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023.

### **3.1.4 Da análise dos elementos Mapa de Gestão de Riscos (MGR):**

**27.** De notar-se que o art. 39 da IN TRE-RO 04/2023 não exige a elaboração de Mapa de Gestão de Riscos para as adesões em atas de registro de preços oriundas de certames nos quais o TRE-RO não tenha atuado como partícipe. A ausência de tal previsão, todavia, não impede a elaboração do documento. O MGR está disciplinado pelo **art. 9º da IN TRE-RO nº 4/2023**, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SET para (...) *identificação dos principais riscos que permeiam a contratação e as ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos(...)*. O documento foi juntado no evento [1091515](#). O referido normativo regional aponta o modelo adotado neste Tribunal e lista seus elementos, vejam-se:

**Art. 9º** O Mapa de Gestão de Riscos (MGR), é o documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam a contratação e as ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

§ 1º O Mapa de Gestão de Riscos será elaborado conforme o modelo do Anexo IV desta norma, de acordo com as orientações do Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Manual Operacional de Gestão de Riscos (MICROPROCESSO DE CONTRATAÇÃO), divulgados pela Portaria DG/TRE-RO n. 146, de 09 de agosto de 2021, e deverá conter:

**I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade das fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão contratual** ou que impeçam o alcance dos resultados esperados com a contratação, com a avaliação dos riscos identificados, mensurando a probabilidade de ocorrência e o impacto resultante de cada risco;

**II - tratamento dos riscos** por meio da definição de ações preventivas e de contingência para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

**III - definição dos responsáveis pelas ações preventivas e de contingência.** (sem destaques no original)

**28.** Verifica-se que a Seção de Transportes listou eventos de riscos para as três fases da contratação: planejamento, seleção do fornecedor



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e gestão e fiscalização do contrato. Em todas apresentou quadros com as ações para o tratamento e acompanhamento dos riscos. Entende-se que os riscos definidos para a fase de seleção do fornecedor são inaplicáveis, haja vista que já ocorrida quando da realização do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Nesses termos, conclui-se pela adequação legal do MGR elaborado pela unidade demandante ([1091515](#)) ao regime da NLLC e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.1.5 Da análise dos elementos do Termo de Referência nº 03/2023 ([1091522](#)):**

**29.** De igual forma, o art. 39 da IN TRE-RO 04/2023 também não exige a elaboração de termo de referência para as adesões em atas de registro de preços oriundas de certames nos quais o TRE-RO não tenha atuado como partícipe. A ausência de tal previsão, todavia, não impede a elaboração do documento. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 18 a 21 da IN TRE-RO n. 04/2023**, que o padroniza na forma de seu Anexo V, documento juntado no evento [1091522](#) pela Seção de Transportes.

Nesta análise será checado o preenchimento das informações mínimas exigidas nos diversos capítulos do documento e destacados pontos considerados relevantes à contratação:

#### **I - a descrição detalhada do objeto: Capítulo 1:**

Em conformidade.

#### **II - a fundamentação e descrição da necessidade da contratação: Capítulo 2;**

Em conformidade.

#### **III - a descrição global da solução, considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto: Capítulo 3:**

Em conformidade.

#### **IV - os requisitos da contratação - Capítulo 4:**

Em conformidade.

#### **V - Modelo de execução do objeto - Capítulo 5.**

Nota-se que a SET fez remissão às disposições do Edital 03/2023 e seus anexos ([1090208](#)) em relação às condições de entrega e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações das partes. Nota-se que o edital previu para de entrega de 180 dias (item 5 do TR, anexo I do edital) e a manifestação favorável da compromissária faz menção ao prazo editalício ([1090207](#)). Todavia, o ETP registrou que os bens deverão ser entregues em até 90 dias a contar da nota de empenho, regra também reproduzida no item 1.5 do TR.

Quanto ao edital referido, depreende-se que este instrumento foi APROVADO pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do § 4º do art. 7º do Decreto nº 11.462/2023. Veja-se:

### ***CAPÍTULO II***

#### ***DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE GERENCIADORA***

##### ***Competências***

*Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*(...)*

*§ 4º O exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.*

## **VI - Modelo de gestão do contrato - Capítulo 6:**

Remissão às disposições do Edital 03/2023 e seus anexos ([1090208](#)). Importa destacar que o contrato será substituído pela nota de empenho, procedimento harmônico com a regra do item 9.8 do edital, veja-se:

*9.8. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*9.8.1. O fornecedor registrado na ata terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

## **VII - critérios de medição e pagamento - Capítulo 7;**

Em conformidade.

## **VIII - forma e critério de seleção do fornecedor, capítulo 8;**

A seleção do fornecedor, ora compromissário, operou-se no certame do Pregão Eletrônico SRP 03/2023 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sob a égide da NLLC.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **IX - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 9;**

Em conformidade.

### **X - Adequação orçamentária, com indicação da fonte e os valores previstos para a execução no exercício de 2023, Capítulo 10;**

Em conformidade.

### **XI - Infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 11.**

Mais uma vez, há menção acerca das infrações e as sanções aplicáveis, previstas no Edital 03/2023 e seus anexos ([1090208](#)). Contudo, deve-se registrar que o TRE-RO será competente para a eventual aplicação de sanções derivadas de sua contratação, a teor das regras do Decreto nº 11.462/2023. Veja-se:

#### *CAPÍTULO III*

#### *DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE*

##### *Competências*

*Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:*

*(...)*

*IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e*

**30.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do **Termo de Referência nº 03/2023 - SET ([1091522](#))** ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

## **IV – DA CONCLUSÃO**

**31. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação, de acordo com o **art. 18 da Lei nº 14.133/2021** e com as regras da **IN TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, motivo pelo qual opina:

I - Pela adequação do Estudo Técnico Preliminar nº 4/23 ([1091514](#)), Informação conclusiva do valor estimado da contratação ([1091520](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1091515](#)) e Termo de Referência nº 03/23 ([1091522](#)), todos elaborados pela Seção de Transportes, ao regime da





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei nº 14.133/2021 às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1094076](#)), podendo ser aprovados pela autoridade administrativa;

II - Diante da constatação da instrução do processo com os elementos e documentos exigidos pelo art. 39 da IN TRE-RO nº 4/2023, poderá a Administração autorizar a adesão deste órgão à Ata de Registro de Preços – ARP nº 15/2023 ([1090214](#)), gerenciada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, firmada com a **NISSEY MOTORS LTDA**, CNPJ nº 04.996.600/0001-02, para a aquisição de cinco (5) veículos tipo camionete, item 38 da ARP, pelo valor unitário de R\$ 226.490,00 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais) e total de R\$ 1.132.450,00 (um milhão cento e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais), com fundamento no **§ 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e art. 39 da IN TRE-RO nº 4/2023.**

i. Conforme registrado no item 6 deste parecer, a programação orçamentária para o suporte da despesa foi juntada no evento [1093951](#);

ii. Alerta-se para o prazo máximo de 90 dias, contados da autorização do órgão gerenciador da ARP ([1092872](#)), para a efetivação da aquisição, de acordo com o § 2º do art. 31 do Decreto 11.462/2023;

iii. Orienta-se que os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal, certidão negativa do FGTS e trabalhista, sejam **novamente aferidos e comprovados no ato da realização da contratação.**

**32.** Por fim, registra-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, motivo pelo qual deverá a Administração observar rigorosamente a aquisição dos bens nos parâmetros qualitativos e quantitativos, sem descuidar dos valores consignados na Ata de Registro de Preços a que este Tribunal está aderindo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 05/12/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1094733** e o código CRC **A86FF587**.